

Cartilha orienta os acordos

Centrão e PMDB acertam ponteiros para avançar votação

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

Um acordo global firmado entre os diversos grupos da Constituinte, menos a esquerda, antes do início da votação do capítulo dos direitos sociais permite, desde terça-feira, uma votação relativamente tranquila do texto. O deputado Antônio Britto (PMDB-RS), vice-líder do partido, informou que só não houve entendimento na questão da imprescritibilidade das ações trabalhistas. Mas o deputado José Lins (PFL-CE), do Centrão, disse que o acordo inexistente em muitos outros itens. Para comprovar, Lins apresentou uma cartilha, elaborada com base nos 29 incisos do artigo sétimo.

A cartilha, de seis páginas, orienta os parlamentares do Centrão sobre como devem votar em cada item. Ela começou a circular pelo plenário pouco depois das 15h, antes mesmo de as votações terem início. No lado direito do recinto, onde normalmente se concentram os constituintes do grupo, uma pilha de cartilhas, em cópias xerox, foi deixada à disposição de qualquer pessoa.

Com um texto claro e direto, a cartilha não deixa dúvidas sobre a posição do grupo em cada inciso, além de informar o andamento das negociações. No item seis, por exemplo, que trata da irreduzibilidade de salário, o Centrão avisa que "o PMDB vota conosco, isto é, contra todas as emendas. Nós também", frisa. No item seguinte, classificado de "complexo, embora aparentemente simples", a orientação é no sentido de rejeitar o destaque oferecido, a fim de manter o texto do grupo. Trata-se da questão da "garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável".

Segundo a explicação posta na cartilha, a manutenção do texto da Comissão de Sistematização impediria a existência de bicos, pois qualquer pessoa "teria que ser empregada contratualmente, pelo menos com o salário mínimo, com todas as regalias de empregado definitivo". Na interpretação do Centrão, "isso vai tirar a renda adicional de muitas pessoas". Assim, o grupo defende o seu texto, que "é muito mais adequado e obtém o mesmo efeito".

No item oitavo, que trata do décimo terceiro salário, o Centrão cede e concorda em retornar ao texto da Sistematização, que dá a base do cálculo daquele salário. "Votaremos pelo acordo", avisa a cartilha.

No item nono, quem cede é o PMDB, aceitando o texto do Centrão, que prevê remuneração do trabalho noturno superior ao do diurno, ao invés de "salário do trabalho diurno superior ao do noturno".

SEM ACORDO

Não há acordo, contudo, em uma série de itens, segundo o texto da cartilha. No inciso 13, por exemplo, um longo parágrafo explica o motivo de ser necessário derrotar uma emenda do deputado Antônio Perosa (PMDB-SP), relativa a jornada máxima para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. "O texto do Centrão, por ser mais genérico, se adapta a tudo, deixando que os trabalhadores ajustem com a empresa seus períodos de trabalho. E, portanto, importante votar contra a emenda Perosa e manter o texto do Centrão".

Sem acordo está o item que diz respeito ao gozo de férias. "Votaremos contra as emendas tendentes a aprovar férias com pagamento até do dobro do salário. O texto do Centrão é mais equilibrado", aponta a cartilha. Também na questão da licença à gestante, o grupo alerta que é necessário manter o período de 120 dias, e não mais. A preocupação se explica: existe uma emenda da deputada Rita Camata (PMDB-ES) que coloca a expressão "no mínimo de 120 dias". Para o Centrão, "sem dúvida, é exarcebado, vindo até mesmo a prejudicar as mulheres. Votaremos contra a emenda".

No inciso relativo ao aviso prévio, o Centrão pretende manter o seu texto, que não vincula o benefício ao tempo de serviço. Polêmica, no entanto, é a questão de participação dos trabalhadores nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação, posta no texto da Sistematização. A cartilha do Centrão explica que não há acordo sobre esse item e defende a aprovação do seu texto, que garante ao trabalhador "proteção em face de automação".

No texto que se refere ao tempo de prescrição da ação trabalhista também inexistente acordo. "Eles desejam a imprescritibilidade da ação trabalhista, para a área rural, após todo e qualquer contrato. Nesses termos, um acordo é impossível", aponta o Centrão. Finalmente, o item 29, que trata da "igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso" as negociações ainda não foram concluídas.

COMO FICAM OS PRÓXIMOS ITENS

INCISO XIV

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Acordo fechado. O Centrão concorda com o PMDB, que quer voltar ao texto da Sistematização. Este texto garante ao trabalhador "repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local".

INCISO XV

HORA EXTRA

Acordo fechado. O Centrão e o PMDB aceitam fixar o pagamento da hora extra com acréscimo de 50 por cento, e não de 100 por cento, conforme foi aprovado na Comissão de Sistematização.

INCISO XVI

PAGAMENTO DE FÉRIAS ANUAIS

Sem acordo. O Centrão quer manter o seu texto, que prevê "gozo de férias anuais, com remuneração integral". Há emendas tendentes a aprovar férias com pagamento até o dobro do salário.

INCISO XVII

LICENÇA À GESTANTE

Sem acordo. O Centrão quer fixar a licença em 120 dias. O PMDB também. Mas há uma emenda que prevê o "mínimo" de 120 dias de licença à gestante.

INCISO XVIII

AVISO PRÉVIO

Sem acordo. O Centrão não concorda com o pagamento de aviso prévio proporcionalmente ao tempo de serviço, conforme prevê o texto da Sistematização.

INCISO XIX

REDUÇÃO DE RISCOS

Acordo fechado. Mantém o texto da Sistematização, que garante ao trabalhador a "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança".

INCISO XX

REMUNERAÇÃO EXTRA

Acordo fechado. Mantém o texto da Sistematização, que garante ao trabalhador "adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei".

INCISO XXI

APOSENTADORIA

Acordo fechado. Aprova o texto que garante

ao trabalhador a aposentadoria. O texto do Centrão é idêntico ao texto da Sistematização.

INCISO XXII

CRECHE E PRÉ-ESCOLA

Acordo fechado. Aprova o texto do Centrão, que garante ao trabalhador "assistência gratuita aos filhos de dependentes até seis anos de idade, em creches e pré-escolas".

INCISO XXIII

CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS

Acordo fechado. Aprova o texto que garante ao trabalhador o "reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho".

INCISO XXIV

TECNOLOGIA

Sem acordo. O Centrão quer proteger o trabalhador da "automação, na forma da lei". O texto da Sistematização prevê participação do trabalhador "nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação".

INCISO XXV

ACIDENTES DE TRABALHO

Acordo fechado. Mantém o texto da Sistematização, que garante ao trabalhador "seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa".

INCISO XXVI

AÇÕES TRABALHISTAS

Sem acordo. O Centrão quer manter o seu texto, que prevê a "imprescritibilidade da ação trabalhista no prazo de até dois anos a partir do dia em que o direito foi violado". O PMDB quer a imprescritibilidade da ação trabalhista, para a área rural, além do prazo, para todo e qualquer contrato.

INCISO XXVII

PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO

Acordo fechado. Aprova o texto do Centrão, que proíbe diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

INCISO XXVIII

IGUALDADE

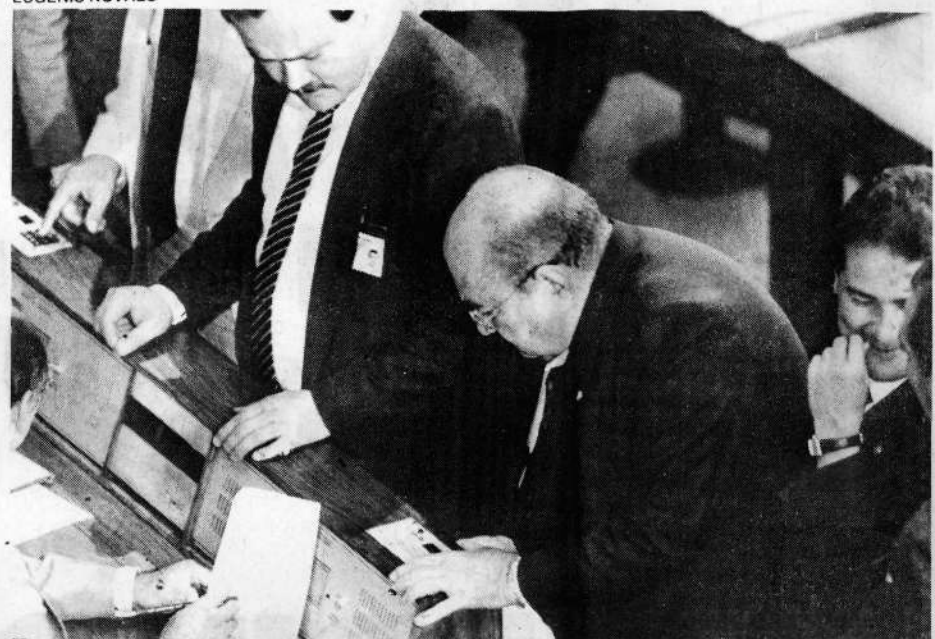
Acordo fechado. Mantém o texto da Sistematização, que proíbe a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

INCISO XXIX

IGUALDADE DE DIREITOS

Sem acordo. Item em negociação.

EUGENIO NOVAES



Vitor Trovão, o suspeito já inocentado, votando ontem — na bancada

Comissão não avança: rival inocenta Trovão

A Comissão de Sindicância que apura a fraude na votação do último dia 9 tomou ontem vários depoimentos, mas, segundo seus integrantes, não houve avanços nas investigações: os deputados Angelo Magalhães (PFL-BA), Afif Domingos (PL-SP) e José Teixeira (PFL-MA), que estavam sentados nas bancadas próximas ao constituinte que votou pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), disseram não se lembrar de quem estava ao seu lado. Já a informação prestada pelo deputado Haroldo Saboya (PMDB-MA) praticamente inocentou o deputado Vitor Trovão (PFL-MA), que vinha sendo apontado em conversas como o autor da fraude. Saboya declarou à comissão que Trovão estava sentado no fundo do plenário — o voto

fraudado foi dado numa fila de bancadas situada no meio do plenário.

Reduzida a desconfiança em relação a Trovão, outro nome surgia nas conversas como suspeito: o do senador Edison Lobão (PFL-MA) que, segundo alguns constituintes, costuma sentar-se na área da qual partiu o voto irregular. Integrantes da bancada maranhense, tanto do PMDB quanto do PFL, acreditam que o autor da fraude é mesmo Lobão, e que Sarney Filho foi conivente, já que tem estreitas ligações com o senador.

Sobre as suspeitas, Lobão falou com irritação.

Já o deputado Trovão atribuiu a fraude à esquerda, que em sua opinião quis atingir "o Centrão, o presidente José Sarney e Sarney Filho":

— Fui envolvido porque me perguntaram se Sarney Filho estava no plenário e eu disse que achava que ele devia estar chegando —

A comissão ouviu ainda ontem o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), que denunciou a fraude. Nenhuma novidade surgiu no depoimento, segundo relato do próprio líder. Depois dos depoimentos, resta à comissão ver os vídeos-teipes da sessão arquivados na TV Globo. O material da TV Bandeirantes não permitiu a identificação do autor da fraude, e o da TV Manchete, segundo informações da própria emissora à comissão só contém entrevistas, e não registra nenhuma imagem de plenário. Também as fitas do Diário da Constituinte, não apresentaram cenas do plenário.

EUGENIO NOVAES



José Lins, no meio: o Centrão se organiza